

ID: 92	Reconquista	Tiragem: 13 000	Página: 19	
Data: 29.11.12		País: Portugal	Cor: preto e branco	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		



Congresso reuniu em Idanha-a-Nova

Crise atropela direitos dos consumidores

A Associação Portuguesa de Direito do Consumo diz que as instituições de crédito continuam a dar empréstimos sem conhecerem a situação de quem os pede.

O presidente da Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) diz que não há mão para controlar a publicidade agressiva e que o Estado tem sido o maior responsável pela falta de controlo. Mário Frota deixou a sua visão do panorama atual dos direitos do consumidor na abertura dos trabalhos do Congresso Internacional de Direito do Consumo, cuja segunda edição teve lugar em Idanha-a-Nova.

O professor dá como exemplo aquilo que diz ser a falta de exigência das autoridades em relação às instituições de crédito, que continuam a seduzir os clientes através do chamado crédito fácil.

Mário Frota lembra que a lei "manda que as instituições de crédito e as sociedades financeiras avaliem a solva-

bilidade do consumidor antes da concessão de crédito", o que na prática parece não estar a acontecer. O dirigente da APDC nota que a publicidade está mais agressiva, graças à necessidade dos anunciantes de captarem mais clientes, e a administração pública convida os anunciantes "a excederem os limites porque não atua". Mário Frota aponta o dedo à Direção Geral do Consumidor, que acusa de falta de atuação.

"Se o Estado tem esse papel e não o faz não serão as associações que o conseguem fazer", sustenta o professor.

O presidente da APDC teme que a agudização da crise conduza a uma perda de direitos do consumidor, em nome do crescimento da economia. O mau momento económico só parece ter vantagens numa maior consciência dos consumidores, que com menos dinheiro no bolso estão a ponderar melhor as suas escolhas, nomeadamente ao nível do crédito.

A segunda edição do Congresso Internacional de Direito do Consumo foi uma organização conjunta da APDC e do Gabinete de Estudos de Direito do Consumo da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, onde decorreram os trabalhos.

José Furtado